



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 158

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Durval Amaral
Líder da Oposição	Waldyr Pugliesi
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Sérgio Spada
PMDB.....	Nereu Moura
PPB.....	Tony Garcia
PT	Luciana Rafagnin
PDT.....	Luiz Carlos Zuk
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Pastor Edson Praczyk
PPS	Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 037ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE DEZEMBRO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Carlos Simões.

Às quinze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademir Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pesutti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 061/2002

Curitiba, 10 de dezembro de 2002.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa o anteprojeto

de lei que versa sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo, medida esta que visa proporcionar maior agilidade aos trâmites indispensáveis ao atendimento da necessária readequação da máquina administrativa aos propósitos da nova administração governamental.

Justifica-se a presente proposição, bem como o seu antecipado encaminhamento, por ser a mesma resultado de uma transição colaborativa e harmônica do atual governo com a futura administração, de forma a buscar soluções aos anseios e problemas do povo do Estado do Paraná.

A realidade política que estamos vivenciando vem requerer um governo, cuja visão administrativa possibilite a integração de todos os segmentos da sociedade, bem como as diversas esferas da administração pública, na busca dos objetivos comuns.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As Secretarias de Estado, mencionadas neste artigo, ficam transformadas conforme segue:

I - a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família - SECR, fica transformada em Secretaria de Estado da Criança, do Emprego e da Promoção Social - Sece, mediante a incorporação, ao seu âmbito de atuação, das atividades relativas à definição de diretrizes e programas para as políticas públicas do Sistema Público de Emprego e Renda, nas áreas de intermediação de mão-de-obra, operacionalização do seguro-desemprego, qualificação profissional, geração de emprego e renda, relações do trabalho, saúde e segurança no trabalho, bem como a geração e divulgação de informações sobre o mercado de trabalho.

II - a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo - Seit fica transformada em Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul - Seim, incorporando-se ao seu âmbito de ação as atividades de apoio relativas aos interesses do Estado no Mercosul e passando as atividades a que se refere o inciso III do artigo 2º da Lei nº 13.035, de 04 de janeiro de 2001, para a Secretaria de Estado do Turismo - Setu, criada por esta lei;

III - a Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania - SESJ, fica transformada em Secretaria de Estado da Segurança Pública - Sesp, passando as atividades de que trata o inciso II do artigo 1º da Lei nº 13.667, de 05 de julho de 2002, para a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, criada por esta lei.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica extinta a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - Sert, criada pela Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995.

Art. 3º - Fica extinta a Secretaria de Estado do Governo, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995, passando para o âmbito de atuação da Casa Civil, suas atividades relativas à assistência direta ao governador do Estado na sua representação civil; e ao recebimento, estudo e triagem do expediente processual encaminhado ao governador.

Art. 4º - Fica criada a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, compreendendo o seu âmbito de atuação as atividades concernentes à administração do sistema penitenciário; à supervisão e à fiscalização da aplicação de penas de reclusão e de detenção; à definição de diretrizes para a política governamental, bem como a coordenação de sua execução, nas áreas da proteção, defesa, educação e orientação ao consumidor, da defesa dos direitos da cidadania e da pessoa portadora de deficiência e da assistência judiciária gratuita aos necessitados; ao estabelecimento de diretrizes e à proposição da política estadual de prevenção, de repressão e de fiscalização do uso de entorpecentes; ao desenvolvimento de estudos e à adoção de medidas destinadas à preservação dos direitos humanos e sociais e à garantia das liberdades individuais e coletivas, bem como do ordenamento social; ao relacionamento administrativo com os órgãos da Justiça; à perfeita integração com o Governo Federal sobre a matéria de aplicação de Justiça; outras atividades correlatas.

Art. 5º - Fica criada a Secretaria de Estado do Turismo - Setu, compreendendo o seu campo de ação as atividades relativas à definição de diretrizes, à proposição e à implementação da política de governo na área do turismo; em todas as suas modalidades de promoção, e ainda, a normatização, a fiscalização, a promoção e o incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social; outras atividades correlatas.

Art. 6º - As atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais ficam transferidas da Secretaria de Estado da Fazenda - Sefa, para a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, à qual compete, ainda, a responsabilidade pelas atividades relativas à elaboração e acompanhamento da execução dos Planos Plurianuais.

Art. 7º - Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão, no âmbito do Poder Executivo Estadual:

I - na secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho: 01 (um) cargo de Secretário de Estado; 01 (um) cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1; e 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Secretário, símbolo DAS-5;

II - na Secretaria de Estado do Governo: 01 (um) cargo de Secretário de Estado; 01 (um) cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1; e 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Secretário, símbolo DAS-5.

Art. 8º - Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania: 01 (um) cargo de Secretário de Estado; 01 (um) cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1; e 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete e Secretário de Estado, símbolo DAS-5;

II - na Secretaria de Estado do Turismo: 01 (um) cargo de Secretário de Estado; 01 (um) cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete de Secretário de Estado, símbolo DAS-5; e 02 (dois) cargos de Coordenador, símbolo DAS-5;

III - na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo Administrativo Setorial, símbolo 1-C; e 01 (um) cargo de Chefe de Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 1-C;

IV - na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo de Planejamento Setorial.

Art. 9º - O governador do Estado, através de Decreto, procederá o remanejamento das entidades da administração indireta, nos termos do disposto no artigo 112, § 2º, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987.

Art. 10 - Os servidores, cargos e carga patrimonial, das Secretarias de Estado e entidades da administração indireta atingidas por esta Lei, ficam à disposição do Poder Executivo para implantação dos órgãos ou entidades, ora criados ou transformados.

Art. 11 - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a alterar a denominação e proceder ao remanejamento dos cargos de provimento em comissão, para implantação da estrutura organizacional dos órgãos e entidades, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Art. 12 - Consideram-se equivalentes as denominações anteriores das Secretarias de Estado e de seus titulares, especialmente para efeito de leis e decretos anteriores e para questões operacionais relativas ao uso de papéis, documentos, carimbos e outras marcas oficiais.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a modernização administrativa de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

§ 1º - Nos termos deste artigo são autorizados como providência inicial a transformação, fusão, extinção ou alteração do regime jurídico das seguintes entidades: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA; Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - Decom; Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Iparde; Instituto de Saúde do Paraná - ISEP; Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/PR; Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - Claspar; Centro de Convenções de Curitiba S/A; Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar e Minerais do Paraná S/A.

§ 2º - Os atos correspondentes às providências previstas neste artigo e no parágrafo anterior disporão sobre a destinação do acervo e dos servidores para as organizações sucessórias ou outras já existentes no Estado.

Art. 14 - Os contratos, acordos, convênios e termos de ajustes que se encontram em execução pelos órgãos extintos ou transformados terão sua continuidade sob a responsabilidade a quem foi atribuída a competência dos serviços nos termos desta Lei, à exceção daqueles destinados por Decreto.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações do orçamento do exercício de 2003, no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pela presente lei.

Parágrafo Único - Para implementação do disposto no *caput* deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos adicionais, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 16 - Fica a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL a responsabilidade pela reformulação dos atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, que se fizerem necessários à implantação dos dispositivos desta lei.

Art. 17 - Fica, também, o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários decorrentes dos dispositivos desta lei.

Art. 18 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO CTL/SEEG Nº 591/2002

Curitiba, 09 de dezembro de 2002.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de V. Exa., a fim de comunicar a essa augusta Assembléia Legislativa que

afastar-me-ei do País, no período compreendido entre 11 e 18 do corrente mês, a fim de viajar à Europa, com destino à França e à Espanha, para em Bilbao receber o Prêmio "Cities for Excellence" e, em Zaragoza proferir palestra sobre o tema "A Cidade Ecológica", na Conferência Mundial sobre Cidades e Regiões.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2659

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.12.2002.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 2662

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias a serem realizadas até o final deste período legislativo, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos projetos de lei a seguir relacionados:

- 479/2002; cria Campus da Unioeste;

- 264/2002; ICMS da Mandioca;

- 771/2002, Mensagem 061/2002, Estrutura Organizacional do Poder Executivo; e,

- 200/2002, Gestão Social.

Sala das Sessões, em 10.12.2002.

(a) ADEMIR BIER

Apoioamento:

Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Edno Guimarães, Hermas Brandão, Sérgio Spada, Valdir Rossoni, Ricardo Maia, Basílio Zanusso, Nelson Justus, Divanir Braz Palma, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Tureck, Fernando Guimarães e 2 ilegíveis.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Estava aqui discutindo outro assunto e no final ouvi que alguém está pedindo autorização para viajar. Não ouvi quem é, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

É o governador Jaime Lerner, que viaja amanhã para a Espanha e volta dia 17.

Peço a compreensão dos senhores parlamentares, que após esta Sessão nós teremos mais uma. Posteriormente, terá uma Sessão Solene por solicitação do deputado Orlando Pessuti, para a comemoração da data nacional da Consciência Negra dos 307 anos da imortalidade do Zumbi dos Palmares.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 061/2002, subscrita pelo senhor governador do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que versa sobre alteração na estrutura organizacional do Poder Executivo, medida esta que visa proporcionar maior agilidade aos trâmites indispensáveis ao atendimento da necessária readequação da máquina administrativa aos propósitos da nova administração governamental. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

OF/CTL/SEEG/Nº 591/2002, subscrito pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, comunicando que estará ausente do país, no período compreendido entre 11 a 18 do corrente mês, a fim de viajar à Europa, com destino à França e à Espanha, para em Bilbao receber o Prêmio "Cities for Excellence" e, em Zaragoza proferir palestra sobre o tema "A Cidade Ecológica", na Conferência Mundial sobre Cidades e Regiões. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, à Associação Franciscana de Educação ao cidadão especial, área no município de Curitiba utilizada pela escola estadual Maria Balbina Costa Dias, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA NA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 697/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/2002, que prorroga para 29 de novembro de 2002, o prazo constante do parágrafo 1º e do inciso IV do parágrafo 3º, ambos do artigo 1º, da Lei nº 13.798, de 12 de setembro de 2002. (créditos tributários). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRE-**

CIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que estabelece Programa de Prevenção de Cânceres de Mama e Colo Uterino, para as servidoras públicas estaduais e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que acresce artigo 2º à Lei nº 11718/97. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 584/2002, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a doar parte do imóvel abaixo declinado, para implantação de Projeto Habitacional/Lazer aos servidores públicos estaduais, conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário de autoria dos deputados Nereu Moura, Antonio Anibelli, Eli Ghelelre, Luiz Carlos Zuk e Waldyr Pugliesi, devidamente apoiada nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 584/2002

Acrescente-se novo artigo ao Projeto de Lei nº 584/2002, com a seguinte redação:

Art... "O imóvel de que trata esta lei será destinado unicamente às finalidades especificadas no seu artigo 2º, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada destinação diversa daquela prevista."

Sala das Sessões, em 01.12.2002.

(aa) ANTONIO ANIBELLI, NEREU NOURA,
ELI GHELLERE, LUZ CARLOS ZUK E WAL-
DYR PUGLIESI

O Projeto retorna à CCJ.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 692/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao ministro Marcos Aurélio Mendes de Farias Mello. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 693/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que faculta o reconhecimento das associações locais, regionais ou setoriais de usuários de recursos hídricos e aos consórcios intermuni-

cipais de bacia hidrográfica como Utilidade Pública, na forma da lei. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 723/2002, de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Pranchita, com sede no município de Pranchita e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 755/2002, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a instituir o Quadro Próprio do Poder Legislativo e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que susta as Resoluções nº 2617/2001 e 2618/2001 da Secretaria de Estado da Educação e a 3357/2001, da Secretaria de Estado da Administração. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda da CCJ - **Aprovada.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que susta as Resoluções nº 168 de 22 de janeiro de 2002, da Secretaria de Estado da Educação. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda da CCJ - **Aprovada.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante nas situações que especifica, no âmbito do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM PARECER CONTRÁRIO DA CECE. (Publ. no DA nº 029/2002, de 26/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 160/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 160/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante nas situações que especifica, no âmbito do Estado do Paraná.

Na realidade, a matéria pretende padronizar a emissão da carteira de estudante, haja vista a edição da Medida Provisória 2.208, de agosto de 2001, através da qual foi quebrado o monopólio da distribuição das carteiras de estudante.

Contudo, essa possibilidade de diversas agremiações estudantis determinarem a emissão de carteiras de estudante vem provocando dúvidas junto ao Procon, agentes fiscalizadores e empresários do ramo.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 160/2002.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,

CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 160/2002

P A R E C E R :

De autoria do deputado Luiz Carlos Martins, o projeto de lei em pauta dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante nas situações que especifica, no âmbito do Estado do Paraná.

Pretende o deputado autor permitir a emissão de carteira estudantil não só pelas entidades de representação estudantil, mas também pelos estabelecimentos de ensino.

Da análise da matéria, verificamos que a meia entrada estudantil é benefício adotado na maioria das nações avançadas e é visto inclusive como uma complementação de educação aos estudantes, já que busca assegurar aos frequentadores dos bancos escolares o acesso a bens culturais, ao conhecimento científico e às manifestações artísticas e desportivas. A meia entrada serve ainda, diante da atual situação sócio-econômica, como mais um incentivo à permanência na escola.

O usufruto do direito à meia-entrada dá-se pelo reconhecimento da condição de estudante, mediante apresentação da carteira estudantil emitida pelas entidades nacionais de representação estudantil: Une - União Nacional dos Estudantes e Ubes - União Brasileira dos Estudantes, o que confere uniformidade ao documento, atingindo desta forma seu objetivo - o de facilitar a visualização e fiscalização.

A extensão da emissão da carteira de estudante aos estabelecimentos de ensino e associações ou agremiações estaria colaborando para a insegurança dos empresários do setor de cultura e entretenimento, pois não mais haveria a uniformização do documento.

A já referida uniformização está prevista em legislação estadual que trata a matéria - Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995 e Lei nº 13.290, de 13 de outubro de 2001. O projeto em análise faz referência à Medida Provisória nº 2.208 do Governo Federal que, no entanto, está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal, já que o

Conselho Federal da OAB impetrou-lhe ação direta de inconstitucionalidade (compete aos Estados legislar sobre a matéria).

Diante do exposto, opinamos pela prevalência da legislação do Paraná sobre esta questão, legislação esta em vigor há vários anos e que já provou sua eficácia quanto à segurança contra as fraudes.

O parecer ao projeto é contrário.

Sala das Comissões, em 05.11.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Em votação.

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Eminente deputado Luiz Carlos Martins apresentou à Assembléia um projeto de lei que visa a comprovação da qualidade de estudante e das situações que especifica, no âmbito do Estado do Paraná. Este projeto recebeu parecer favorável no que diz respeito à sua constitucionalidade. Porém, na Comissão de Educação da Assembléia, nós discutimos com profundidade esta matéria, procuramos ouvir, também, as entidades correspondentes a cada segmento dos estudantes do Estado do Paraná, e chegamos à conclusão de que o projeto não é de interesse da classe estudantil.

Coube a este parlamentar, a responsabilidade de exarar o parecer sobre a matéria. E nós buscamos todas as informações no sentido de mostrar que ele não alcança o interesse dos estudantes, e vou procurar explicar aqui, dentro do espaço que me cabe.

(Lê):

“COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 160/2002

P A R E C E R :

De autoria do deputado Luiz Carlos Martins, o projeto de lei em pauta dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante nas situações que especifica, no âmbito do Estado do Paraná.

Pretende o deputado autor permitir a emissão de carteira estudantil não só pelas entidades de representação estudantil, mas também pelos estabelecimentos de ensino.

Da análise da matéria, verificamos que a meia entrada estudantil é benefício adotado na maioria das nações avançadas e é visto inclusive como uma complementação de educação aos estudantes, já que busca assegurar aos frequentadores dos bancos escolares o acesso a bens culturais, ao conhecimento científico e às manifestações artísticas e desportivas. A meia entrada serve ainda, diante da atual situação sócio-econômica, como mais um incentivo à permanência na escola.

O usufruto do direito à meia-entrada dá-se pelo reconhecimento da condição de estudante, mediante

apresentação da carteira estudantil emitida pelas entidades nacionais de representação estudantil: Une - União Nacional dos Estudantes e Ubes - União Brasileira dos Estudantes, o que confere uniformidade ao documento, atingindo desta forma seu objetivo - o de facilitar a visualização e fiscalização.

A extensão da emissão da carteira de estudante aos estabelecimentos de ensino e associações ou agremiações estaria colaborando para a insegurança dos empresários do setor de cultura e entretenimento, pois não mais haveria a uniformização do documento.

A já referida uniformização está prevista em legislação estadual que trata a matéria - Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995 e Lei nº 13.290, de 13 de outubro de 2001. O projeto em análise faz referência à Medida Provisória nº 2.208 do Governo Federal que, no entanto, está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal, já que o Conselho Federal da OAB impetrou-lhe ação direta de inconstitucionalidade (compete aos Estados legislar sobre a matéria).

Diante do exposto, opinamos pela prevalência da legislação do Paraná sobre esta questão, legislação esta em vigor há vários anos e que já provou sua eficácia quanto à segurança contra as fraudes.

O parecer ao projeto é contrário.

Sala das Comissões, em 05.11.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

ALGACI TULIO - Relator”

Recentemente, a Prefeitura de Curitiba cedeu o casarão, imóvel antigo da cidade, reformado, para que a agremiação estudantil, a Upes, pudesse usá-lo. Se ela dividir este bolo não vai poder nem manter, vai voltar a ficar abandonado aquele casarão. Então, é necessário que se atente para este detalhe: os valores de confecção das carteirinhas são calculados pelas entidades estudantis.

Por isso, senhores parlamentares, com todo respeito ao companheiro, nobre parlamentar Luiz Carlos Martins, que tem a intenção de estender este benefício da cessão das carteirinhas a agremiações estudantis. Nós corremos o risco de, praticamente, aniquilar hoje as duas instituições que liberam este documento mediante uma contribuição do estudante, para que estas entidades possam se manter em pé, ainda a exemplo do casarão que falei há pouco.

Por isso eu, na Comissão de Educação, encaminhei o parecer contrário à matéria e ela teve a aprovação na Comissão de Educação. Reitero, senhores parlamentares - que certamente vão receber pressão dos estudantes nos seus municípios, nas suas comunidades - que a extensão, como propõe o nobre parlamentar Luiz Carlos Martins, é prejudicial à uniformidade, ao controle do documento e evidentemente vai trazer prejuízo a estas entidades.

Por isso, recomendo aos senhores parlamentares o voto contrário as este Projeto de Lei nº 160/2002, que trata da carteirinha do estudante, da liberação deste documento a outras agremiações estudantis.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, faço parte da CCJ e também da Comissão de Educação, e como afirmou aqui o relator do Projeto de Lei nº 160/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins e deputado Algaci Tulio, recebeu da Comissão de Educação, não só pelo deputado, mas sobretudo pela matéria que traz.

Evidentemente que nesse turno da votação, da constitucionalidade e da legalidade, eu votarei favorável, porque o projeto não tem óbice de legalidade e de inconstitucionalidade. Entretanto, acompanharei o relator Algaci Tulio na Comissão de Educação e na 2ª votação, quando estaremos votando o mérito neste plenário. Votarei contrário, porque entendo que não é oportuno e não contribui para a pulverização das várias instituições para concessão da carteirinha estudantil, ao fomento, a formação, a qualificação e o surgimento de novas lideranças positivas entre os estudantes. É um momento muito profícuo da vida dos jovens, que com certeza tendo uma instituição forte, uma instituição que os represente na integridade, eles terão muito mais condições de servir à sociedade no futuro e se pulverizarmos as emissões das carteirinhas, evidentemente nós estaremos enfraquecendo a instituição estudantil e não levando ao propósito da qualificação e do surgimento de novas lideranças.

Portanto, meu voto neste turno é favorável pela constitucionalidade, pela legalidade. Entretanto, nos demais, votarei contrário. Com todo respeito ao deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Para Encaminhar)

Em parte o deputado Algaci Tulio tem razão. Em parte também o deputado José Maria tem razão. Acontece que eu recebi na época uma solicitação do presidente da Upe - União Paranaense de Estudantes, e também do diretor-presidente do Procon, Naim Ackel, porque existe uma Medida Provisória do Governo Federal, que está sendo contestada no Supremo, e ainda não se tem uma decisão.

Então o que nós estamos querendo e pretendendo, senhor presidente, senhores deputados, e pedindo que os senhores aprovem esse projeto, é apenas uniformizar, não estamos criando critérios para essa carteira que hoje não existe. E o próprio deputado Algaci Tulio, e tenho visto pelos jornais que V. Exa. poderá ser o comandante do Procon, V. Exa. poderá ter dificuldades, muitas dificuldades, porque não existe uma padronização. O que estamos propondo aqui é apenas uma padronização. Se derrubarmos a Medida Provisória do Governo Federal e do Supremo, deixa de existir tudo isso. Apenas está existindo um vácuo e ninguém se entende. Imagine os proprietários de estabelecimentos culturais as dificuldades que eles têm para saber, porque não existe um padrão para essas carteiras. O que estamos colocando no projeto é apenas que a carteira de estudante tenha um padrão. Não somos nós que estamos dizendo, são agremiações e

cada colégio que vai dar a carteira de estudante. Quem determinou isso é a Medida Provisória, tanto é que aprovamos uma lei aqui na Assembléia, são duas leis, a de nº 11.182, de 23.10/95 e nº 13.290, de 08/11/2001, apenas isso. É uniformizar essas carteiras de estudante.

Portanto, peço o voto favorável dos senhores deputados.

O SR. MARCOS ISFER (Para Encaminhar)

Deputado Luiz Carlos Martins, gostaria de dizer a V. Exa., como bem disse o deputado José Maria Ferreira, que não há óbice do ponto de vista constitucional. O que poderíamos era suprimir a Medida Provisória que estabelece aos demais estabelecimentos, deixarmos apenas a lei anterior que é uma lei aprovada e a partir daí aguardarmos o julgamento do Supremo. Nesse meio termo, nós teríamos uma uniformização, como V. Exa. propõe, sem com isso proliferarmos o número de carteiras de estudantes que haverá por aí.

Se fizermos isso, estaremos diminuindo, tanto a União Nacional de Estudantes, quanto à União Paranaense de Estudantes Secundaristas.

Então, acho que poderíamos, talvez com uma emenda, consertar o vosso projeto, e dessa forma, torná-lo aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrada a discussão. Em votação a constitucionalidade.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 640/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. Aprovado. (Publ. no DA nº 118/2002, de 17/09/2002)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 640/2002**

P A R E C E R :

A proposição em tela do Projeto de Lei nº 731/002, de autoria do ilustre deputado Luiz Carlos Martins, que “disciplina funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer, e dá outras providências”.

O projeto tem a intenção de dispor as mínimas condições de funcionamento a que uma escola ou academia deve manter, garantindo assim conforto e segurança aos usuários e desportistas paranaenses.

Atendendo portanto aos ditames constitucionais, legais e de técnica legislativa, emitimos parecer Favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 640/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do nobre deputado Luiz Carlos Martins, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer e dá outras providências.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa.

Esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, à qual compete a análise de mérito, manifesta-se favoravelmente à medida proposta, tendo em vista a importância que encerra em seu conteúdo.

Considerando o exposto, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 09.12.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 2662, de autoria do deputado Ademir Traiano, com apoio dos deputados Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Edno Guimarães e demais deputados, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias a serem realizadas até o final deste período legislativo, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos projetos de lei a seguir relacionados: 479, 264, 771 e 200/2002. **Recebido na forma do artigo 107, do Regimento Interno. Será votado amanhã.**

Requerimento nº 2659, de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 158/2000, 042, 618, 740/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 688, 706, 741, 764 e 769/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 033/2002-DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13.386 de 21 de dezembro de 2001, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
31901600	2000	000	2.000.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
31901100	2000	000	1.650.000,00
31901300	2000	000	350.000,00
			<u>2.000.000,00</u>

Gabinete da Diretoria geral, em 25.11.2002

PORTARIA Nº 036/2002-DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13.386 de 21 de dezembro de 2001, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
33903600	2000	000	470.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
33903900	2000	000	470.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.12.2002

PORTARIA Nº 037/2002-DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13.386 de 21 de dezembro de 2001, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
33909200	2000	000	30.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
33903600	2000	000	30.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.12.2002

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Visto:

Valdir Rossoni - Primeiro Secretário